



Reforma do ICMS avança e vai com urgência para o Plenário

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos prevê alíquota interestadual de 4% para mercadorias que saem dos estados do Sul e do Sudeste, menos o Espírito Santo, que terá alíquota de 7% como os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste **5**



José Cruz/Agência Senado

Lindbergh Farias coordena sessão em que se aprovou o projeto, ao lado dos senadores Jayme Campos, Sérgio Souza e Delcídio do Amaral, do governador do AM, Omar Aziz, e do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio

Dívidas da seca merecem renegociação, dizem senadores **8**

Número de setores com desoneração na folha pode aumentar **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Congresso, Renan Calheiros (C), preside a sessão solene pelos 190 anos do Parlamento brasileiro

Sessão lembra 190 anos do Poder Legislativo

Em sessão solene ontem no Congresso, senadores e deputados comemoraram o aniversário de criação do Parlamento no Brasil. A inauguração do Poder Legislativo ocorreu no Império, em maio de 1823. **3**

Jonas Pereira/Agência Senado



Ministro do STJ João Otávio de Noronha, que presidirá comissão, discursa na solenidade de instalação do grupo

Juristas vão propor novo Código Comercial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto para um novo Código Comercial. Grupo terá 180 dias para concluir trabalho. Parte da legislação em vigor é do século 19. **4**

Senado do Futuro: grupo debaterá temas estratégicos para o país **2**

Comissão pede urgência para anistia a grevistas dos Correios **6**

Começa dia 15 divulgação das velocidades reais da internet

Presidente da Anatel disse que Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais serão os primeiros estados das medições, mas até agosto todo o país será informado. **7**



Ana Volpe/Jornal do Senado

Objetivo do serviço é dar melhores condições para o consumidor escolher



Pedro França/Agência Senado

O senador Romero Jucá foi o relator do projeto de resolução que cria a comissão permanente Senado do Futuro

Comissão discutirá grandes temas e o futuro do país

Grupo Senado do Futuro, formado por 11 senadores, debaterá ciência, ética, cultura, geopolítica, cidadania, ambiente e democracia

FOI APROVADO ONTEM em Plenário o projeto que cria a comissão permanente Senado do Futuro (PRS 25/2013).

À comissão, composta de 11 senadores, competirá “promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país” e “aprimorar a atuação do Senado nessa questão”.

A proposta é discutir com a sociedade e com especialistas alternativas que contribuam para melhorar as instituições brasileiras, considerando a trajetória futura dessas instituições.

Entre os temas propostos, estão cidadania e novas

formas de relações sociais, governança global, geopolítica e conflitos; democracia, representação política e novos arranjos político-institucionais; paradigmas futuros da economia; fronteiras da ciência, educação, conhecimento e informação; exploração do espaço e novas fronteiras do universo; tecnologias e enfrentamentos dos problemas sociais; evolução do direito, moral, ética, religião e comportamento humano; o futuro da arte e da cultura; meio ambiente, recursos naturais, energia e escassez.

Chile

Uma das experiências exitosas apontadas no projeto é a do Parlamento do Chile, que tem uma comissão permanente de senadores, denominada Desafios do

Futuro, dedicada a pensar cenários de longo prazo nas áreas de ciência, tecnologia, humanidades e cidadania.

No ano passado, o então presidente do Senado, José Sarney, realizou o ciclo de debates Democracia em Tempos de Mutação, que reuniu pensadores de renome como Frédéric Gros, Charles Girard, Francis Wolff, Eugênio Bucci e Sérgio Rouanet.

Ao dar parecer favorável, o relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que se trata de matéria extremamente importante.

— É fruto de um debate de alto nível que ocorreu entre a direção da Casa e os líderes partidários, que vai ser exatamente a discussão de grandes temas.

MP sobre contratos e PEC da Música estão na pauta do dia

Por sugestão do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), e do líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), foi adiada para hoje a votação da Medida Provisória (MP) 602/2012, que prorroga até 30 de junho contratos temporários de pessoal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Também devem ser examinadas hoje a PEC da Música (PEC 123/2011), que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros, e a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia (PLC 12/2013).

A PEC da Música tem como objetivo reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas. Braga votou contra a proposta na

CCJ, por considerar que a desoneração fiscal da produção musical ameaça a indústria fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus.

A criação da Universidade Federal do Sul da Bahia foi defendida em Plenário por Lídice da Mata (PSB-BA) e Walter Pinheiro (PT-BA). Renan lembrou que a votação da proposta é um compromisso da Mesa do Senado.

Pinheiro ressaltou que, para a criação de uma universidade federal, não são necessários somente prédios e cadeiras, mas a contratação de professores e técnicos administrativos, para a qual é necessária a realização de concursos públicos e uma série de outras providências. O senador defendeu a votação para que, ainda em 2014, sejam disponibilizadas novas oportunidades de acesso ao ensino superior no sul da Bahia.

Chega ao Senado MP que amplia Bolsa Família

Foi lida ontem no Plenário do Senado a Medida Provisória 590/2012, que amplia o Programa Brasil Carinhoso e assegura renda mínima mensal de R\$ 70 por pessoa a todas as famílias incluídas no Programa Bolsa Família. A MP perde a vigência amanhã.

O texto original da MP 590/2012 autoriza as famílias com crianças e adolescentes de idades entre 7 e 15 anos a receber o benefício para superação da extrema pobreza. A comissão mista que analisou a medida incorporou mudanças incluídas na MP 607/2013, que concede o benefício a partir de 1º de março deste ano a todas as famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 70, independentemente de a família ter crianças ou adolescentes. (Com informações da Agência Câmara)

Renan: corte de gastos no Senado vai continuar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Casa continuará a adotar medidas para reduzir os gastos. Segundo ele, os cortes promovidos pela reforma administrativa até o momento representarão uma economia de mais de R\$ 300 milhões até o fim de 2014. Entre as ações já adotadas para promover mais racionalidade no gasto de recursos, estão a fusão de órgãos, a redução de cargos em comissão e de despesas com telefone e energia.

— Estamos fazendo o que é possível no sentido de cumprir todos os compromissos com relação à racionalização e ao corte de despesas, à eliminação do privilégio, do desperdício. Tão logo essas coisas sejam diagnosticadas, nós vamos resolver — disse.

Relatores da LDO deverão ser definidos hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ainda finaliza acordos para a indicação do relator-geral e dos relatores setoriais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo Lobão Filho, presidente da CMO, as escolhas devem ser concluídas hoje.

Antes de suspender a reunião de ontem, Lobão Filho disse que a comissão vive um momento atípico, às vésperas de ano eleitoral, e defendeu o entendimento pacífico, sem arestas, para a indicação dos relatores. A CMO volta a se reunir amanhã, às 9h.



Marcos Oliveira/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Contrários temporários**
14h Pauta trancada pela Medida Provisória 602/2012, que prorroga contratos temporários de pessoal do Censipam e do FNDE.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Sessão conjunta**
11h30 Renan Calheiros recebe o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman. Às 15h, Comissão Diretora. Às 16h, ordem do dia. Às 16h30, recebe o presidente do Egito, Mohamed Morsi, e, às 20h30, sessão conjunta do Congresso.
- ▶ **CI Requerimentos de audiências**
7h30 Votação de seis requerimentos para a realização de audiências públicas.
- ▶ **CAS Aposentadoria especial**
9h Debate sobre aposentadoria especial para trabalhadores da coleta de lixo. Em seguida, votação de bolsa para estagiários.
- ▶ **CDR Redes subterrâneas**
9h Votação de projeto sobre diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas antes das obras de pavimentação.

- ▶ **CCJ Conselho Nacional do MP**
10h Sabatina de Antonio Duarte e Alessandro Assad para o Conselho Nacional do MP e análise da Secretaria dos Povos Indígenas.
- ▶ **CE Serviços médicos**
10h Em debate, a prestação de serviços por médicos em cursos sustentados com dinheiro público reúne Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos.
- ▶ **CAE/CI Presidente do BNDES**
10h Comissões promovem debate sobre a política de investimentos com Luciano Coutinho, presidente do BNDES.
- ▶ **CDH Ministra Eleonora Menicucci**
11h Audiência sobre “feminicídio” com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.
- ▶ **FUTEBOL Federação Paraense**
15h30 Comissão temporária externa criada para acompanhar a crise na Federação Paraense de Futebol analisa requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, **reunião da Comissão de Infraestrutura**; às **9h**, **da Comissão de Desenvolvimento Regional**; às **10h**, **audiência conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos**. Às **14h**, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Em evento que comemorou a criação do primeiro Parlamento, em maio de 1823, senadores e deputados defenderam a independência dos três Poderes da República

Sessão lembra 190 anos do Legislativo brasileiro

ONTEM, NA SESSÃO solene pelos 190 anos do Parlamento brasileiro, senadores e deputados federais defenderam a independência dos Poderes da República e o fortalecimento do Legislativo.

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, disse que o Legislativo zelará pelas próprias funções constitucionais e resistirá a interferir nas competências dos demais Poderes.

Renan lembrou a obra do filósofo Montesquieu *O Espírito das Leis*, que trata da separação dos Poderes. Ele frisou que a separação, num sistema de freios e contrapesos, em que cada Poder se completa e se fiscaliza, deve ser lembrada por todos os dirigentes públicos.

— O Congresso Nacional, com todos os recursos existentes na democracia, irá zelar por suas funções constitucionais e sempre resistirá à tentação de se imiscuir em competências alheias — afirmou.

O deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) defendeu a independência do Poder Legislativo. Elogiou a retomada de apreciação dos vetos presidenciais e defendeu o papel do Congresso



Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e a ministra do STJ Eliana Calmon

na função de legislar:

— Não podemos, por exemplo, continuar no papel de carimbadores de medidas provisórias, tampouco seguir omissos na apreciação dos vetos do Executivo. A última palavra do processo legislativo é do Parlamento, irrenunciavelmente.

Para o senador Anibal Diniz (PT-AC), o Parlamento deve ter firmeza para afirmar a própria soberania, sem aceitar interferências externas:

— Apenas um Legislativo

liberto de qualquer movimento prematuro de interferência e controle externo poderá defender sua legítima e democrática função de discutir, aprovar ou rejeitar proposições.

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ), autor do requerimento da sessão solene, disse que o desafio do Congresso hoje é pensar os próximos anos até a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

— Talvez o nosso grande desafio seja pensar de que

maneira, nos próximos dez anos, podemos trabalhar para fortalecer o Poder Legislativo, o mais plural, o mais aberto e o mais democrático dos Poderes, para que o Brasil se sinta ainda mais bem representado aqui nesta Casa — disse.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, lembrou a história do Parlamento desde a instituição, em 3 de maio de 1823, até os dias de hoje. Para ele, o Congresso Nacional, após passar por vários momentos de crise

na história, conseguiu se tornar a “Casa do povo”.

— Nunca vivemos um período de democracia tão plena quanto agora. O ambiente do Parlamento é o melhor espelho disso — avalia.

Também estiveram na sessão a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, e a secretária-executiva do Ministério da Cultura, Janine Pires, representando a ministra Marta Suplicy.

Aplicativo

Na sessão solene, o presidente Renan Calheiros disse que está disponível um aplicativo para celulares e tablets com os mais importantes discursos históricos do Congresso. Basta procurar nas lojas virtuais por “discursos históricos” e baixar gratuitamente o programa.

— Inicialmente, serão disponibilizados 40 pronunciamentos a partir da seleção feita em 1998 e divulgada sob o título *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* — afirmou.

Leia reportagem sobre a criação do Parlamento em <http://bit.ly/190anos>

Não há crise entre os Poderes, diz Renan

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, negaram que haja uma crise entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Após uma reunião com o ministro Gilmar Mendes, Renan classificou as divergências de “embates próprios da democracia”.

O encontro, o segundo em sete dias, teve como tema a liminar concedida pelo ministro para suspender a tramitação do PLC 14/2013, que dificulta a criação de partidos, ao restringir o acesso das novas agremiações ao tempo de TV e ao Fundo Partidário.

— Não acho que haja crise. A crise dependeria de uma solução externa, vinda de fora para dentro. Há um embate que é democrático, legítimo, natural. Isso não é uma final de Copa do Mundo. Quem tem que ganhar são a Constituição

e a democracia — afirmou.

Durante a reunião, Renan apresentou a Gilmar Mendes informações protocoladas no STF para instruir o julgamento da liminar pelo Pleno do tribunal (o conjunto dos ministros). As razões expostas no documento, encaminhado na sexta-feira, são semelhantes às aquelas constantes de um recurso apresentado pela Casa no dia 25 de abril, um dia depois da concessão da medida cautelar pelo ministro em atendimento a uma ação impetrada pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O Senado pede a derrubada da liminar ou o julgamento da ação pelo colegiado do Supremo no menor espaço de tempo possível.

De acordo com Renan, o ministro sinalizou que pedirá a inclusão da matéria na pauta do Plenário do Supremo assim

que a Procuradoria-Geral da República emitir um parecer sobre o assunto.

— Esperamos que a inclusão na pauta aconteça na próxima semana. Vamos continuar conversando. É preciso colocar água no fogo, e não fogo na água. Tão logo a Procuradoria-Geral envie o parecer, o ministro levará [o caso] para a decisão do Supremo — explicou Renan.

Para o presidente do Senado, são saudáveis as discussões entre os Poderes sobre os limites constitucionais.

— Conversaremos quantas vezes for necessário. O fundamental é que o Supremo decida para que não haja paralisação do processo legislativo. Não há dúvida de que cabe ao Supremo o controle da constitucionalidade das leis, mas quando as leis vêm à luz. O que não pode haver é o controle preventivo.

Rollemberg espera decisão do STF sobre partidos em três semanas

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) espera que a decisão do Plenário do STF sobre o projeto que impõe restrições a novos partidos (PLC 14/2013) seja tomada em três semanas. O senador participou de reunião entre o presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa, e a ex-senadora Marina Silva, que busca criar um novo partido, a Rede Sustentabilidade.

— Barbosa não fixou prazo, mas, no nosso entendimento, como tem que aguardar manifestação da Procuradoria-Geral da República, a elaboração do voto do relator, a solicitação de pauta, isso deve ficar para o final de maio, talvez início de junho — estimou.

Segundo Rollemberg, em

nenhum momento o presidente do Supremo falou em crise entre os Poderes.

— O que há é uma solicitação de um parlamentar constrangido em participar de um processo claramente inconstitucional

para a apreciação de um projeto que só busca prejudicar um determinado grupo político — observou.

Além de ser contra o mérito do PLC 14/2013, Rollemberg alega que um projeto com tanta repercussão no sistema político deveria ser discutido por mais tempo.

— O Senado pode cumprir o papel de casa revisora, como faz normalmente, respeitando o Regimento e o bom senso, fazendo os projetos serem discutidos adequadamente, passando pela CCJ.



Pedro França/Agência Senado

Wellington registra encontro de ministros com prefeitos do PI



Wellington Dias cita construção da Adutora do Litoral, no norte do Piauí

Wellington Dias (PT-PI) relatou o encontro ocorrido na semana passada entre ministros e representantes dos municípios do Piauí. O senador elogiou a equipe do governo por tratar diretamente com os prefeitos de temas como liberação de convênios e inadimplência.

Ele agradeceu ao governo

pelo diálogo sobre outras questões importantes no estado, como a energia elétrica e o Consórcio de Águas do Sul do Piauí.

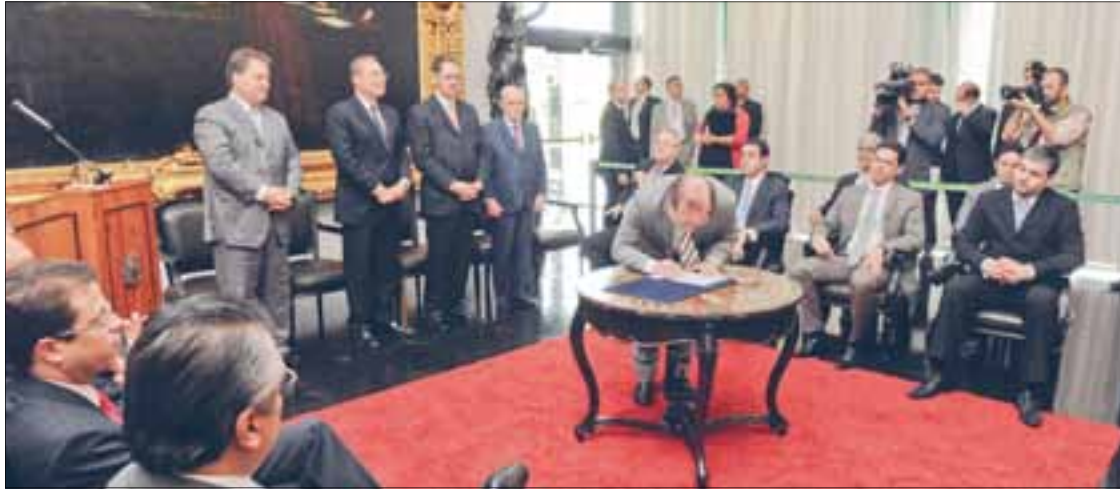
O senador também destacou o projeto da Adutora do Litoral, no norte do estado, que, além de garantir melhorias no saneamento básico, deve

impulsionar novos empreendimentos na região, como hotéis e restaurantes.

Wellington disse que o projeto deve também incrementar a piscicultura, a produção e industrialização da carnaúba, a fruticultura e a produção de gás.

O senador afirmou que,

apesar de o litoral piauiense ser pequeno em extensão, apenas 66 quilômetros, tem grande potencial. A adutora, acrescentou, é garantia de abastecimento para os quatro municípios que mais sofrem com a falta de água (Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande).



De pé, Gim, Renan Calheiros, João Otávio de Noronha e Francisco Dornelles participam da instalação do colegiado

Comissão de juristas vai elaborar Código Comercial

Instalado ontem pelo presidente do Senado, grupo terá 180 dias para preparar anteprojeto que inclua temas como comércio eletrônico e direito comercial marítimo; parte da legislação atual é do século 19

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Comercial. A comissão, composta por 19 juristas, terá 180 dias para apresentar um anteprojeto.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha é o presidente da comissão. O relator é Fábio Ulhoa Coelho, doutor em Direito, professor e autor de publicações na área do Direito Comercial.

Renan apontou o “espírito público” dos membros da comissão, pelo fato de aceitarem o convite para modernizar o Código Comercial sem remuneração. Para o presidente do

Senado, o Brasil precisa de um código claro e avançado — o atual é de 1850.

— Hoje, as relações comerciais ocorrem em velocidade e mecanismos que eram impensáveis em 1850 — disse.

O atual código (Lei 556/1850) teve a primeira parte, que tratava do comércio em geral, revogada e substituída por disposições constantes do Código Civil. A matéria tratada na terceira parte do antigo código passou a ser regida pela Lei de Falências (Lei 11.101/2005).

Na cerimônia, Renan ressaltou que o Brasil cresceu muito nas últimas décadas, tornando-se uma das economias mais importantes do mundo. A legislação, no entanto, não acompanhou a evolução.

Ele lembrou que o empresário brasileiro vive atormentado pela burocracia e pelos impostos. Para ele, a situação também afeta o interesse das empresas estrangeiras.

A nova legislação, disse Renan, vai simplificar e unificar institutos jurídicos para facilitar a vida dos empresários e dos consumidores.

— É chegada a hora de fazermos a mudança. Queremos um Brasil menos burocrático, mais seguro e atraente para as empresas internacionais — afirmou.

Temas

Para o ministro João Otávio de Noronha, presidente da comissão, o Senado “abriu os olhos no momento certo”, pois o Brasil precisa de forma urgente de um novo Código Comercial. Na opinião de Noronha, a nova legislação vai trazer segurança jurídica para o país e atrair empresas do exterior.

— Se o Brasil quer se destacar no cenário internacional, precisa modernizar sua legislação — disse o ministro.

Ele explicou que a intenção é dividir a comissão em subcomissões e grupos de trabalho, com foco em tópicos específicos do Direito Comercial. Comércio eletrônico, relação entre contratos e sociedade, falência e direito comercial marítimo estarão entre os temas que a comissão vai debater.

Para o relator, Fábio Ulhoa Coelho, a legislação atual “maltrata” o empresário brasileiro com exigências atrasadas e burocráticas. Ele disse que a reformulação do código vai facilitar o cotidiano de empresas e empresários e, assim, alcançar o cidadão — que poderá ter o benefício de serviços mais baratos e produtos de melhor qualidade.

— Na medida em que a lei simplifica a vida do empresário, isso permite que as empresas pratiquem um preço melhor para os consumidores — disse.

Para Renan, Senado e Câmara fazem trabalhos complementares

Quanto ao fato de a Câmara dos Deputados também trabalhar na modernização do Código Comercial, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a tramitação de uma matéria nas duas Casas ao mesmo tempo permite um melhor planejamento de etapas e pode aprofundar o debate sobre o tema.

Para Renan, serão tarefas complementares, e não excludentes.

Fábio Ulhoa Coelho, relator da comissão no Senado, é presidente da comissão de juristas da Câmara que também trabalha em um novo texto para o código. Ele disse que o fato de pertencer às duas comissões vai permitir “a harmonização e a convergência”. Segundo o relator, o debate mútuo pode permitir uma maior rapidez na votação do projeto e na transformação dele em lei.

— Quando o projeto da Câmara chegar ao Senado,

já haverá um amadurecimento da discussão, o que vai permitir uma aceleração da tramitação da matéria — disse o relator.

Para o ministro João Otávio de Noronha, não haverá competição com o trabalho da Câmara, pois o desejo é de conciliação. Ele disse que, no final dos trabalhos da comissão, vai se reunir com representantes da Câmara para ver os pontos comuns e divergentes dos dois textos.

— Conciliados ambos os projetos, o Congresso terá um moderno Código Comercial.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também disse que não vê problema na tramitação simultânea nas duas Casas. Ele alertou para os perigos da burocracia e comentou que, “quanto mais cabeças pensando, melhor”.

— Penso que, tendo os mesmos objetivos, vamos chegar a um bom resultado — disse.

Dornelles pede ao governo que dê mais atenção às contas externas

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou ser hora de o governo olhar com maior atenção as contas externas. Para ele, é necessária a redução do custo Brasil, para o incremento da exportação de manufaturados.

Em discurso, defendeu o aperfeiçoamento da administração tributária, no intuito de diminuir a burocracia e permitir que as empresas utilizem, em prazo mais curto, os créditos tributários acumulados com a exportação.

Dornelles disse ser preciso que o governo adote uma política de câmbio flutuante “de

verdade”. Tal política, para ele, “é sempre a mais forte vacina contra qualquer problema de natureza cambial”.

Ele lembrou que a balança comercial teve déficit de



Genildo Magalhães/Agência Senado

US\$ 5 bilhões no primeiro trimestre. As razões, segundo ele, foram a queda da exportação de produtos industrializados, semielaborados e primários, a diminuição do número de países

que receberam nossos produtos, a economia desaquecida dos países desenvolvidos e a queda no preço da maioria dos produtos primários, entre outras.

Ataídes: reportagem é retaliação por denúncias contra o Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) contestou a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que diz que ele “foi beneficiário de R\$ 6,3 milhões repassados por empresas ligadas a Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, segundo apuração da CPI que investigou as relações do contraventor com políticos”.

O senador disse que já explicou à CPI a origem dos recursos, que se referem à venda de um imóvel ao empresário Marcelo Limírio. O senador pediu a transcrição, nos Anais do Senado, da escritura de compra e venda do

imóvel, assim como de extratos bancários que forneceu à Mesa. Afirmou ter dado à CPI a mesma documentação.

— Respeito o trabalho da imprensa, mas lamento a atitude desse grande jornal — afirmou.

Ele disse que a reportagem foi motivada pelas denúncias que tem feito contra o Sistema S.

— Uma matéria encomendada não irá ferir a honra de

um homem sério. Os gestores do Sistema S fizeram uma varredura em minha vida pessoal e profissional e a única coisa que encontraram foi uma ex-amizade — afirmou.



Mônica Menezes/Agência Senado

No Plenário, senadores aprovam programação monetária de 2013

O Plenário do Senado aprovou ontem a programação monetária do primeiro trimestre de 2013, examinada na forma do Projeto de Decreto Legislativo 84/2013. A programação monetária é enviada ao Senado pelo Poder Executivo a cada trimestre e contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano.

De acordo com o Banco Central, as projeções levam em conta a demanda por componentes de meios de pagamentos, a evolução do produto interno bruto (PIB)

e a trajetória esperada das taxas básica de juros (Selic), de câmbio e de inflação, entre outros elementos. A matéria agora vai para a Câmara dos Deputados.

Acordos

O Plenário aprovou dois acordos internacionais entre o Brasil e os países africanos do Gabão e do Sudão.

O PRS 28/2013 autoriza a União a formalizar com o Gabão a liquidação de uma dívida de US\$ 24 milhões. A operação pretende extinguir a dívida gabonesa com o Brasil.

O PRS 29/2013, por sua vez, trata do perdão de 90% da dívida do Sudão, no valor total de US\$ 43,5 milhões.

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que prevê vantagens para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o estado do Espírito Santo

Reforma do ICMS vai com urgência para o Plenário

OS ESTADOS DO Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e o Espírito Santo obtiveram ontem uma vitória na votação da reforma do ICMS na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao excluir da unificação gradual das alíquotas interestaduais as operações de comércio e serviços para as demais regiões do país. A reforma vai agora, em regime de urgência, para o Plenário.

A alteração relativa a produtos originados dos estados “emergentes” foi a principal sofrida pelo substitutivo apresentado pelo relator da matéria (PRS 1/2013), senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que já havia aceitado alíquota interestadual de 7%, a partir de 2018, para os produtos industriais, agropecuários e beneficiados dessas três regiões,

quando destinados ao Sul e ao Sudeste. Na votação de ontem, a comissão divergiu do relator e aprovou emenda do senador José Agripino (DEM-RN) estendendo os 7% às transações de comércio e serviços.

Mesmo com a alteração, Delcídio afirmou que somente uma pequena parcela das operações comerciais no país terá alíquotas interestaduais diferentes de 4%. Ele destacou que a unificação da quase integralidade das operações era o objetivo mais importante da reforma.

O texto que será votado pelo Plenário reduz as alíquotas nas transações entre estados em um ponto percentual por ano a partir de 2014. Produtos que saem do Sul e do Sudeste para outras regiões, atualmente com uma taxa de 7%, chegariam

a 4% em 2016. Mercadorias das demais regiões, quando destinadas ao Sul e ao Sudeste, hoje taxadas a 12%, chegariam a 7% em 2018. Mas a regra é diferente nas operações entre estados de uma mesma região, para as quais vale a unificação gradual em 4%, também em um ponto percentual por ano.

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu a Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da CAE, que coordene reunião com o senador Walter Pinheiro (PT-BA) e com o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — relatores da comissão mista da Medida Provisória 599/2012, que trata da compensação aos estados, e do projeto que viabiliza a convalidação dos incentivos fiscais, respectivamente — para a harmonização dessas propostas com o PRS 1/2013.



Lindbergh Farias (2º à esq.) preside a reunião da CAE ao lado de Sérgio Souza (E), Delcídio do Amaral e Casildo Maldaner

Polêmica em torno da Zona Franca de Manaus

A sessão de ontem foi dominada por divergências. A principal polêmica envolveu exceções previstas no projeto do ICMS: o gás boliviano que passa em Mato Grosso do Sul e os produtos que saem da Zona Franca de Manaus e de áreas de livre comércio de Roraima, Rondônia, Amapá, Acre e Amazonas, que mantiveram a alíquota interestadual de 12%.

Uma emenda apresentada por senadores de São Paulo pretendia acabar com o que consideraram privilégio desses estados. O principal argumento

foi o de que a Zona Franca e as áreas de livre comércio do Norte conseguiram, com a reforma, um diferencial de ICMS maior do que tinham antes.

Alguns senadores chegaram a propor solução intermediária, como 9% para a Zona Franca, para manter a proporcionalidade no diferencial do ICMS com o Sul e o Sudeste, mas a alternativa não estava em pauta e não foi votada pela CAE.

O assunto voltou à pauta com emenda de Ana Amélia (PP-RS) que pretendia excluir da alíquota de 12% na Zona

Franca os bens de informática, colocando-os na regra geral de transição para os 7% aplicáveis ao Norte. Foi rejeitada.

A terceira polêmica envolveu o gás natural: emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP) pretendia reduzir gradualmente a alíquota interestadual de 12% para o produto importado. A emenda também foi rejeitada.

Sem sucesso, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) tentou estender os 12% para os estados da Região Norte, sob o argumento de que enfrentam condições adversas para a produção.

Pedido de vista adia votação de MP

Devido a pedido de vista coletiva, foi adiada para as 10h de amanhã a votação do parecer da Comissão Mista da MP 599/2012, que trata de compensações das mudanças das regras do ICMS promovidas pelo PRS 1/2013.

No relatório, Walter Pinheiro (PT-BA) propõe aumentar os recursos orçamentários



Arthur Monteiro/Agência Senado

do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), criado pela MP e ligado ao Ministério da Fazenda, para R\$ 148 bilhões, o mesmo valor que virá por empréstimos, totalizando R\$ 296 bilhões para ajudar os estados após a redução das alíquotas do ICMS. O relatório prevê repasse anual de R\$ 8 bilhões como

o limite da compensação.

Pinheiro acata integralmente apenas duas das 218 emendas apresentadas e acata parcialmente outras 121, transformando a MP em projeto de lei de conversão (PLV). O PLV mantém a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e também cria áreas de livre comércio em Santarém (PA), Barcarena (PA), Grajaú (MA) e Estreito (MA).

Ana Amélia: alíquotas diferenciadas poderão agravar a guerra fiscal



Pedro Franco/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) disse que a existência de alíquotas diferenciadas do ICMS, previstas no PRS 1/2013,

vai continuar gerando distorções.

— Pelo visto, vamos agravar a guerra fiscal, e não neutralizá-la, como era o objetivo. A tributação de modo desordenado e assimétrico impacta a vida de todos os produtos. Cedo ou tarde seremos atingidos — afirmou.

Para Ana Amélia, ficou claro, na discussão do PRS na CAE, que o ambiente fiscal caótico prejudica o desenvolvimento sustentável de qualquer lugar do Brasil.

— Um ajuste malfeito e apressado na legislação fiscal pode ser um tiro no pé dos gestores estaduais e do cidadão, que precisa dos recursos gerados pelo ICMS — disse.

Ela considerou ainda que a apresentação de 14 destaques ao texto em Plenário comprova a relevância do projeto.

Para Paim, reforma do ICMS aprovada pela CAE não simplifica cobrança



Genildo Magalhães/Agência Senado

A reforma do ICMS, segundo Paulo Paim (PT-RS), não atendeu o objetivo de simplificação. O senador disse

que, em vez de unificar a alíquota em 4%, objetivo inicial do projeto, o país pode ter três alíquotas diferentes.

— Isso tornará o imposto mais complexo e, ainda, com inúmeras exceções — assinalou.

Paim lamentou a rejeição, pela CAE, de emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP) que previa a redução gradual, até 2018, das alíquotas da Zona Franca e do gás natural de 12% para 7%.

— Assim, não teríamos mais três alíquotas, mantendo apenas duas, como acontece hoje. Teríamos apenas as alíquotas de 4% e de 7%, sendo que a de 4% seria aplicada à maioria das transações — disse.

Paim afirmou que continuará a defender a aprovação da emenda em Plenário.

Bauer diz que exceções no imposto interestadual prejudicam o Sul



Pedro Franco/Agência Senado

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu a ampliação do debate sobre o PRS 1/2013, a fim de se encontrar “um bom termo”.

O senador disse concordar com o incentivo ao desenvolvimento da Região Norte, mas não a partir de prejuízos ao Sul. Bauer ponderou que o governo conta com mecanismos políticos e econômicos para atender regiões que precisam de investimento ou de geração de empregos.

O senador também pediu que o governo federal reavalie a Portaria 771/2008, do Ministério da Justiça, sobre o processo demarcatório da Terra Indígena no Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC).

Segundo ele, 77 famílias de pescadores, maricultores e pequenos agricultores, ocupantes da região há quatro gerações, devem deixar a localidade de Enseada do Brito, sendo “privados de sua única fonte de subsistência”, para que se cumpra a demarcação da terra.

Amazonas não ameaça outras regiões, afirma Vanessa Grazziotin



Moneira Moniz/Agência Senado

As unidades da Federação não precisam se sentir ameaçadas em relação à Zona Franca de Manaus na questão da reforma do ICMS, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para a senadora, o debate “está exatamente dentro daquilo que o Brasil precisa”.

— Como pode o Amazonas, um estado que representa 1,6% do PIB, ameaçar o Brasil? Um estado que não tem logística, não tem infraestrutura, um estado que nem sequer está ligado às demais regiões do país por estrada? — questionou.

A senadora disse ainda no discurso que, em viagem realizada a Havana, o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba participou das comemorações do Dia do Trabalhador, 1º de maio, promovidas pelo governo cubano, e pôde perceber o quanto a implantação de mudanças econômicas de abertura no regime trouxe conquistas importantes para aquele país.



Inácio Arruda e Waldemir Moka (3º e 4º à esq.) conduzem o debate com representantes dos trabalhadores e da empresa

Anistia nos Correios pode ser votada com urgência

Proposta beneficia trabalhadores que foram punidos por participarem de greve entre março de 1997 e março de 1998

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) pedirá à Mesa do Senado inclusão na pauta do Plenário de projeto que amplia o período de situações passíveis de solicitação de anistia pelos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A decisão foi encaminhada ontem pelo presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), após audiência pública sobre o tema.

De acordo com a Lei 11.282/2006, serão anistiados trabalhadores dos Correios que foram punidos por

participar de greve entre 4 de março de 1997 e 23 de março de 1998. O Projeto de Lei da Câmara 83/2007, da então deputada e atual ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, altera a lei para estender o período até 23 de fevereiro de 2006.

Desde 2008

Apesar de a proposta ter sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em março de 2008, com requerimento para ser votada em Plenário com urgência, até hoje não foi examinada. Moka prometeu conversar com os líderes para que a proposta seja aprovada em breve.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator do projeto na CCJ, os trabalhadores dos Correios merecem tratamento

isonômico, já que a lei de concessão de anistia a outras categorias tem período maior.

Inácio Arruda ressaltou que o ex-ministro das Comunicações Hélio Costa não via impedimento para votar a proposta. Na opinião do senador, o presidente do Senado, Renan Calheiros, também não se oporá à aprovação do projeto de Maria do Rosário.

A demora em decidir o assunto preocupa Paulo Paim (PT-RS), que requereu a audiência pública. O senador informou que pessoas com mais de 70 anos ainda esperam reassumir as atividades nos Correios. Na avaliação dele, os casos devem receber atenção especial. Paim sugeriu a concessão de indenização e aposentadoria às pessoas nessa condição.

Testemunhos não bastam, dizem debatedores

Recentemente, 68 processos de anistia foram indeferidos pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, disse o secretário de Anistia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Robson Luiz Neves. Ele observou que já havia parecer favorável da Comissão Nacional de Anistia.

O representante da presidência dos Correios, Idel Profeta Ribeiro, explicou que foram julgados improcedentes processos baseados apenas

em provas testemunhais. Ele recomendou que os trabalhadores cujos processos foram indeferidos recorram.

O consultor jurídico do Ministério das Comunicações, José Flávio Bianchi, garantiu não haver contraposição à anistia e disse que é necessária a apresentação de indícios, não apenas de depoimentos. O deferimento de situações inconsistentes, observou, poderá gerar contestação por parte dos órgãos de controle.

Inácio disse confiar na boa-fé dos trabalhadores dos

Correios e não acreditar que as pessoas mintam sobre a situação apenas para receber benefícios pecuniários. Ele relatou que ainda hoje moram no exterior funcionários dos Correios que fugiram da ditadura e têm medo de sofrer represálias se voltarem ao Brasil. As pessoas, ressaltou, não têm provas materiais de que foram perseguidas e constam nas fichas funcionais o “abandono do emprego”. Segundo o senador, existem torturas que só podem ser provadas com a confissão de quem a praticou.

Desaposentadoria não será paralisada, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que não será interrompida a tramitação do projeto que autoriza a desaposentadoria — renúncia à aposentadoria para somar novo tempo de contribuição ao cálculo do benefício. O PLS 91/2010 foi aprovado dia 10 de abril em votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas houve recurso para análise no Plenário, impedindo envio direto à Câmara.

— Muitas vezes a pauta está trancada por medida provisória ou há prioridade para análise de outro item, mas nós vamos votar — disse Renan.

Após a aprovação na CAS, os ministros da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; das Relações Institucionais, Ideli Salvatti; e da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, argumentaram que a desaposentadoria pode gerar um desequilíbrio

ainda maior nas contas da Previdência Social.

O presidente do Senado informou também que não há decisão sobre a PEC 544/2002, que cria quatro tribunais regionais federais (TRFs): em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Manaus. Aprovada no início de abril pela Câmara, a PEC dá prazo de seis meses para a instalação dos tribunais.

A ampliação da Justiça federal de segunda instância no país — de cinco para nove TRFs — é polêmica e gerou críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Entidades que representam magistrados defendem a confirmação.

— Ainda não há decisão porque há um problema material. O texto que o Senado aprovou em dois turnos não foi aprovado na Câmara. Precisamos decidir sobre isso — disse Renan.

Mozarildo homenageia médicos oftalmologistas

O Dia do Oftalmologista, 7 de maio, foi registrado ontem em discurso de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador, que é médico, parabenizou os oftalmologistas do Brasil e fez um apelo para que pais levem as crianças a uma consulta com esse profissional.

Mozarildo disse que muitas patologias podem causar sérios danos à visão, daí a importância da prevenção. Ele ainda sugeriu que o governo faça mutirões para prevenir problemas oculares na população e disse que Hipócrates (460–370 a.C.), considerado o patrono da Medicina, estudou minuciosamente o olho humano.

Com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Mozarildo informou que 180 milhões de pessoas no mundo apresentam algum



tipo de deficiência visual. Desses, 50 milhões estão cegos.

— Para alterar esse quadro, o melhor é a prevenção. No entanto, no Brasil, a prevenção é muito aquém do ideal —

disse o senador, lembrando que a data reforça a importância de visitar esses profissionais para evitar doenças graves.

Mozarildo acrescentou que a saúde é um tema que angustia toda a população brasileira. Ele ressaltou que os hospitais públicos, os planos de saúde e o atendimento privado têm constantemente recebido queixas “volumosas e de toda ordem”.

O senador lembrou que o discurso recorrente para os problemas na saúde do país é a falta de recursos. No entanto, continuou Mozarildo, o grande problema é mesmo a corrupção.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais saberão os resultados primeiro. Promessa é que até agosto informações sejam dadas em todo o país

Anatel começa dia 15 a divulgar medições da velocidade da internet

A PARTIR DESTES meses, os consumidores começam a ter acesso a dados oficiais sobre a qualidade dos serviços de internet no país. No dia 15, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgará os primeiros resultados da medição da velocidade dos serviços de banda larga fixa em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Anatel, João Batista de Rezende, durante audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Ele traçou um panorama das telecomunicações no país, falou da agenda regulatória até 2014 e deu esclarecimentos sobre a reestruturação da autarquia.

Rezende adiantou que a Anatel pretende divulgar as medições referentes aos serviços de banda larga fixa em todo o país até agosto. No mesmo mês, serão conhecidas as primeiras medições de internet móvel, que se estenderão a todos os estados até dezembro.

— Estamos dando mais condições para o usuário decidir a melhor forma de adquirir os produtos, contando com transparência e com informações concretas sobre os serviços — afirmou o dirigente.



João Rezende anuncia a novidade em audiência coordenada por Zeze Perrella

As medições devem ajudar na fiscalização do cumprimento do Regulamento de Qualidade de Banda Larga, que está sendo implementado pela Anatel. Segundo as regras adotadas, as empresas devem entregar, no mínimo, 60% da velocidade contratada de banda larga, tanto fixa quanto móvel. No ano que vem, o índice aumentará para 70%. Hoje em dia, alguns serviços não chegam a garantir 20% da velocidade prometida.

Indicadores

Os dados incluem indicadores para refletir a qualidade dos serviços, inclusive a velocidade média e a instantânea. No caso da banda larga fixa, serão feitas medições apenas nas operadoras com mais de

60 mil usuários. De acordo com Rezende, o critério está previsto no Regulamento de Qualidade.

A modernização do regulamento de atendimento e cobrança, atualmente em fase de consulta pública, está entre as novas iniciativas de transparência. De acordo com o presidente da Anatel, o usuário disporá de mais informações sobre as contas cobradas, ganhando melhores condições de comparar e escolher os serviços e produtos.

A audiência, que foi coordenada pelo presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), tratou da insatisfação dos consumidores com os serviços de telefonia e internet. Ângela Portela (PT-RR) mencionou que o setor está entre os que

lideram as reclamações aos órgãos de defesa do consumidor. Rezende contrapôs com dados de pesquisa contratada pela Anatel, pela qual cerca de 70% dos usuários se dizem satisfeitos com os serviços.

O presidente da agência também citou levantamento por meio do *call center*, na opinião dele o melhor indicador sobre os “problemas dentro do sistema”. Pelos dados atuais, aproximadamente 15% dos usuários brasileiros se mostram insatisfeitos, número que, projetado a partir da base de usuários da telefonia móvel, representaria cerca de 10 milhões de pessoas.

— São números que preocupam a agência, evidentemente — avaliou o presidente, admitindo a necessidade de queda nos percentuais de insatisfação.

Rezende mencionou ainda o resultado da investigação aberta no passado contra a operadora TIM, depois de indícios de que a operadora derrubava propositalmente as ligações para arrecadar mais com novas chamadas. Segundo ele, não se comprovou fraude, mas problemas técnicos. A empresa telefônica recebeu multa de R\$ 9,5 milhões e recorreu da decisão.

Comissão ouvirá sobre educação na Finlândia

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem a realização de duas audiências públicas. A primeira será para ouvir



Pedro França/Agência Senado

o ministro da Educação da Finlândia, Jukka Gustafsson, sobre o sistema educacional do país nórdico.

— A Finlândia é reconhecida pela excelência do sistema de ensino. Em meio aos debates sobre o nosso Plano Nacional da Educação, é importante refletirmos sobre exemplos — disse Cyro Miranda (PSDB-GO), autor do requerimento.

Os senadores também pretendem receber representantes do governo e da sociedade para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 19/2011, da ex-senadora Marinor Brito, que declara como patrimônio cultural e imaterial o programa *A Voz do Brasil*. O pedido da audiência foi feito por Ana Rita (PT-ES).

Na reunião, foi rejeitado o PLS 315/2010, do ex-senador Arthur Virgílio, que isenta academias de ginástica, lutas e dança do pagamento de direitos autorais de músicas por elas executadas.

Valdir Raupp pede que o Brasil amplie o uso de biodiesel

Um avanço nas metas e no marco regulatório do biodiesel foi cobrado por Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele disse que o Brasil alcançou objetivos de produção esperados para 2013 e que é o momento de adotar a mistura de 7%, o chamado biodiesel B7.

O senador explicou que misturas de até 20% de biodiesel não exigem alterações na regulagem dos motores. Além disso, o biodiesel é menos poluente, vem de matéria-prima nacional e beneficia grandes e pequenos produtores, vinculados à agricultura familiar. Aproximadamente 76% do combustível renovável tem soja como matéria-prima, seguida de sebo bovino (17%) e óleo de algodão (4%).

Outro ponto positivo do biodiesel é ser um combustível renovável, que reduz a dependência brasileira em relação ao diesel de origem mineral. O biodiesel B7, disse, pode ser implantado de imediato, sem risco para o meio ambiente. Segundo o senador, há disponibilidade de matéria-prima e capacidade industrial.



Moneira Mariz/Agência Senado

Ruben Figueiró aponta risco de desindustrialização

Ruben Figueiró (PSDB-MS) alertou para a falta de competitividade da indústria brasileira, lamentando que, apesar dos esforços com desoneração, a desindustrialização siga “de vento em popa”. Ele assinalou a falta de reformas estruturantes, dizendo que estímulos não impedirão que empresas brasileiras busquem melhores condições em outros países.

O senador mencionou dados do IBGE que apontam declínio do setor industrial, enquanto os investimentos brasileiros no Paraguai nunca foram tão elevados. Segundo Figueiró, o país vizinho tem recebido fábricas de autopeças, confecções e calçados, entre outras. Para ele, isso está ocorrendo porque no país vizinho os empresários têm custos menores com tributos e energia elétrica, além de leis trabalhistas flexíveis.

— Isso levará a longo prazo a um enfraquecimento do parque industrial brasileiro e crescem as perspectivas de fazer do Paraguai um país altamente industrializado — disse.



Moneira Mariz/Agência Senado

Humberto destaca investimentos em mobilidade urbana

A mobilidade urbana, tema do programa de rádio da presidente Dilma Rousseff nesta semana, foi abordada também em discurso de Humberto Costa (PT-PE) ontem. Para ele, como são trabalhos executados pelos governos estaduais, muitas vezes a população não fica sabendo que as obras só se foram possíveis graças aos investimentos majoritários da União.

Segundo o senador, o Executivo investiu R\$ 58,8 bilhões em mobilidade urbana em grandes centros urbanos. Ele disse que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Grandes Cidades, lançado em 2011, investiu R\$ 32,7 bilhões em 51 municípios com mais de 700 mil habitantes, beneficiando 53 milhões de pessoas.

Entre os recursos, Humberto destacou investimentos em metrô, veículos leves sobre trilhos (VLTs), aeromóveis, monotrilhos e 28 corredores de ônibus. O senador afirmou que, graças aos recursos, prefeituras estão fazendo obras importantes.



Pedro França/Agência Senado

Suplicy homenageia o compositor e zoólogo Vanzolini

O compositor Paulo Vanzolini, morto dia 28, foi homenageado ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador disse que “o meio ambiente e o samba estão de luto” ao lembrar o trabalho de Vanzolini em pesquisas como a busca da origem da biodiversidade amazônica e de composições dele interpretadas por grandes nomes da música popular.

Suplicy, que citou os versos de *Ronda e Volta por Cima*, compostas por Vanzolini, encaminhou à Mesa requerimento de inserção em ata de voto de pesar pela morte.

O senador fez um resumo da biografia de Vanzolini, lembrando que o cientista, depois de aposentadoria compulsória, continuou trabalhando no Museu de Zoologia da USP e foi homenageado com o nome em pelo menos 15 classificações científicas de animais. A paixão pela música tornou Vanzolini um compositor reconhecido por intérpretes como Maria Bethânia, Chico Buarque, Ângela Maria e Jair Rodrigues.



Pedro França/Agência Senado

Produtores rurais nordestinos precisam de melhores condições para renegociação, segundo participantes de audiência pública

Senadores pedem tratamento especial para endividados da seca

EM AUDIÊNCIA, BENEDITO de Lira (PP-AL) e Kátia Abreu (PSD-TO) defenderam melhores condições para renegociação das dívidas de produtores rurais nordestinos. O debate foi promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA), presidida por Benedito, e pela Comissão de Agricultura da Câmara.

Na avaliação dos parlamentares, os contratos de renegociação apenas prorrogam o tempo de amortização, não oferecendo condições adequadas para a liquidação. Defendendo um tratamento semelhante ao concedido a agricultores familiares, Kátia — que é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) — alertou para a necessidade de definir uma política de crédito rural especial para o semiárido, considerando os frequentes prejuízos causados pela seca.

— Para agricultores familiares, o governo tem rito sumário na renegociação de dívidas, mas para pequenos e médios produtores exige-se uma infinidade de documentos — disse a senadora.



Presidente da Comissão de Agricultura, Benedito (3º à esq.) coordena os trabalhos na audiência

O secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, Jenner Guimarães do Rêgo, expôs as principais ações da pasta para enfrentar a seca. Segundo ele, só pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Semiárido, o ministério empenhou R\$ 29 bilhões para obras como transposição do Rio São Francisco e construção de poços artesianos e barragens. Guimarães alertou para a possibilidade de comprometer a capacidade de financiamento dos fundos constitucionais na hipótese de perdão de dívidas de muitos produtores.

Edilson Ferreira, diretor do Banco do Nordeste, informou sobre as condições de renegociação que estão sendo oferecidas para cada segmento de produtores rurais. De acordo com ele, o Banco do Nordeste já negociou mais de 350 mil contratos inadimplentes.

Agenda preventiva

Henrique Jorge, diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destacou a importância de iniciar a discussão de uma agenda preventiva para o enfrentamento dos problemas causados pela seca no Nordeste.

Mário Borba, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, reivindicou uma atenção especial do governo para a região do semiárido nordestino, a exemplo do que ocorre em várias regiões semiáridas do mundo. Segundo ele, a falta de uma rede de transporte eficiente no semiárido nordestino, sobretudo de ferrovias, é obstáculo importante para o combate aos problemas da seca na região, que impede, por exemplo, o suprimento, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de milho para alimentação de animais a preços competitivos.

Paulo Davim relata dificuldades do Exército na floresta

Paulo Davim (PV-RN) chamou a atenção para a necessidade de preservação da floresta e para o trabalho do Exército na fronteira amazônica.



Pedro Franco/Agência Senado

Ao relatar viagem à região, o senador falou sobre as dificuldades enfrentadas pelos militares, distribuídos em 23 pelotões com 70 homens cada um, no combate diário ao desmatamento, contrabando, tráfico de drogas e biopirataria.

— A fronteira tem mais de 12 mil quilômetros e são apenas 23 pelotões. A Amazônia Legal é 61% do território nacional. O trabalho do Exército também envolve a proteção do povo nativo — disse.

Davim disse que voltou da viagem “revigorado e com o compromisso fortalecido” em relação à necessidade de preservação da biodiversidade amazônica.

— Temos uma riqueza inestimável, um Brasil verde que pulsa e que emociona — concluiu.

Acir Gurgacz critica estado de rodovias em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou a situação precária das rodovias BR-425 e BR-364, que dão acesso a Guajará-Mirim (RO) e chegam ao território boliviano.



Pedro Franco/Agência Senado

— É uma vergonha nacional, a BR-425. Essa rodovia, tão importante para o desenvolvimento da região, não oferece condições seguras para veículos normais nem de emergência — disse.

Ele explicou que a Construtora Capital, contratada para recuperar a estrada, ainda não iniciou as obras.

— Está se repetindo a situação da BR-364. A empresa que venceu o edital recebeu a ordem de serviço em setembro passado, mas ainda não iniciou os trabalhos. Isso é inadmissível! — afirmou.

Gurgacz convidou o diretor do Dnit, Jorge Fraxe, para vistoriar a BR-364 e constatar os riscos diários. Segundo ele, Fraxe informou ter notificado as empresas responsáveis a começarem as obras até 31 de março, o que não aconteceu.

Desoneração da folha poderá incluir mais setores

O relator da Medida Provisória (MP) 601/2012, senador Armando Monteiro (PTB-PE), incluiu novos setores entre os que recebem os benefícios fiscais da desoneração da folha de pagamento previstos no Plano Brasil Maior (veja quadro ao lado).

Ele apresentou o relatório ontem à comissão mista que analisa a MP e também anunciou alterações no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). O programa restituiu valores tributários residuais existentes na cadeia de produtos exportados e, mesmo assim, tributa a restituição.

— É dar com uma mão e, de certa forma, tirar com a outra — disse o senador, que



Pedro Franco/Agência Senado

Armando Monteiro é o relator da MP que teve votação adiada para hoje

retirou a receita da restituição da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins.

A MP também altera a Lei 12.546/2011, aumentando o número de setores e produtos beneficiados pela substituição das contribuições previdenciárias patronais por outra

incidente sobre a receita bruta.

De acordo com o texto, empresas dos setores citados poderão substituir a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os salários dos empregados por alíquotas de 1% a 2%, conforme o caso, sobre a receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos concedidos.

Ao todo, foram apresentadas à MP 124 emendas. Uma das que foram acatadas pelo relator permite a compensação do contribuinte com débitos próprios relativos a tributos federais ou o ressarcimento em dinheiro de crédito presumido da Contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins gerados na cadeia de exportação de café. Pedido de vista coletiva da MP adiou a votação para hoje.

Lista ampliada

ALÍQUOTA DE 1%

- montagem e desmontagem industrial e do setor de refratários
- comércio varejista de artigos de óptica • castanha de caju • comércio varejista de produtos farmacêuticos
- setores de adesivos, triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes com rodas, bonecos com mecanismo a corda ou elétrico e suas partes e acessórios
- pescados salgados • preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes das plantas • gorduras do porco e gorduras de aves
- pedras preciosas • equipamentos médicos ainda não contemplados
- pré-moldados de gesso • balas, confeitos e gomas de mascar, chocolate branco • armas não letais
- produtos do setor gráfico • computadores portáteis (notebooks)

ALÍQUOTA DE 2%

- empresas de segurança privada
- agências de publicidade e de comunicação • empresas de promoção de vendas, marketing direto e consultoria em publicidade

Em busca de acordo, comissão da MP 600 adia reunião para hoje

Foi suspensa ontem e deve ser retomada hoje à tarde a reunião da comissão mista sobre a Medida Provisória 600/2012, que trata do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e de fontes adicionais de recursos para a Caixa Econômica Federal.

O presidente do colegiado, Delcídio do Amaral (PT-MS), informou que o relator, deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), busca acordo com o governo.

A MP também trata do aumento de prazo para a União atuar em trechos de rodovias

federais transferidas para os estados, da ampliação da oferta de crédito e investimento em infraestrutura e da transformação da Telebrás em prestadora oficial de serviços de telecomunicações na Copa do Mundo de 2014.

A medida recebeu 28

emendas. Inácio Arruda (PCdoB-CE), por exemplo, propõe estender ao Banco do Nordeste a autorização para a União conceder subvenção econômica nas operações com produtores rurais vítimas de desastres naturais, inclusive estiagem.